TL 1515

Mauricio Pacheco
V. a.
Assembleia da República
Lisboa, 25 MAR 94

PACÍFICO - O PODER MARÍTIMO

Neste conjunto de intervenções sobre o Pacífico, foi-me pedido que abordasse o tema *O Poder Marítimo*.

Depois de terem sido tratados os aspectos geopolíticos referentes ao Pacífico, parece-me útil apresentar uns breves apontamentos de carácter geoestratégico.

O Oceano Pacífico é um enorme oceano, quatro vezes maior do que o maior continente, a Ásia. O seu centro é um grande vazio, com algumas bases navais e aeronavais americanas dispersas na sua imensidão.

As suas costas apresentam uma característica geográfica com interesse. A costa americana é relativamente regular, contínua, sem qualquer arquipélago notável e sem mares diferenciados. Na costa asiática sucede exactamente o contrário. Se considerarmos que a Austrália, com os seus 22.230 km de litoral, é uma ilha, ficam nesta região seis dos sete maiores países insulares do mundo (Austrália, Indonésia, Papua Nova Guiné, Japão, Filipinas e Nova Zelândia - Madagascar é o terceiro); há ainda a ilha da República da China. Uns são muito ricos, outros menos ricos, mas todos, excepto o Japão, têm recursos naturais em abundância. Os mares fechados também são muitos: O mar de Bering, de Okhotsk, do Japão, Amarelo, da China Oriental, do Sul da China (que é o maior do mundo), das Filipinas, do Coral, da Tasmânia e muitos outros menores mas não menos importantes, na região da Australásia, tais como o Mar de Java e o Mar de Timor, onde existe petróleo. Na paz e na guerra, aqui, as relações por mar são intensas e vitais.

O Pacífico é um oceano de navegação extensíva e não intensíva, como o Atlântico ou o Mediterrâneo.

Na margem americana, apenas os Estados Unidos e o istmo central têm ligações terrestres importantes entre o Pacífico e o Atlântico, assim como só os Estados Unidos tem extensas ligações terrestres Norte-Sul, com o Canadá e o México.

Na costa asiática, há a considerar a massa continental da China e as ligações terrestres Leste-Oeste da Rússia, difíceis, extensíssimas e de interesse mais estratégico do que económico. De resto, as ligações comerciais em toda a bacia do Pacífico, muito intensificadas nas últimas décadas, são ligações marítimas.

Até fins dos anos 60, só os Estados Unidos tinham interesse e capacidade para exercer um razoável controlo do mar e para projectar poder através do Pacífico. A guerra da Coreia, o confronto entre as duas Chinas e a Guerra do Vietname, no que se refere à utilização do poder marítimo, estiveram sempre limitadas às regiões costeiras. As duas esquadras americanas, a 3ª operando entre a costa americana e o Havai e a 7ª na costa asiática, a oeste de Havai, com o apoio de inúmeras bases navais e aeronavais, com a cobertura de dois tratados multinacionais, o ANZUS (Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos) e a SEATO (Austrália, Estados Unidos, Filipinas, França, Nova Zelândia, Paquistão, Reino Unido e Tailândia), e de mais quatro acordos bilaterais (Filipinas, República da China, Japão e Coreia do Sul), permitiram aos Estados Unidos o efectivo controlo do mar. Assim, o Pacífico foi, neste período, um lago americano.

O mundo era então politicamente bipolar e a União Soviética não deixou de se interessar pelo Pacífico. Mas a Esquadra soviética do Pacífico, dividida entre o mar fechado de Okhotsk e a Península da Camchatca estava muito longe de atingir, quantitativa e qualitativamente, o valor da Esquadra do Norte, baseada no complexo Cola - Murmansk; além disso, era a Esquadra do Pacífico que destacava unidades navais para o Índico, durante os frequentes períodos de tensão ocorridos no Médio Oriente (Iémen, Afeganistão, Iraque, Irão) e o Nordeste de África (Somália, Etiópia, Eritreia).

A partir de meados da década de 70 e até início da década de 90, a União Soviética intensificou muito a sua presença no Pacífico.

Foi muito alargada e modernizada a base de Petropavlovsk, na Camchatca, foi iniciada a construção da base de Cam Ranh, no Vietname, e foram estabelecidos acordos com algumas ilhas do Pacífico de independência recente. Por último, grande número de submarinos nucleares e alguns porta-aéreos foram destacados para o Extremo Oriente, passando a Esquadra do Pacífico a ser a maior e a melhor das quatro esquadras soviéticas (Norte, Báltico, Mar Negro, Pacífico e Esquadrilha do Cáspio).

Entretanto, o Presidente Nixon, em 1969, anunciou a Doutrina Guam, segundo a qual as forças americanas evitariam outros envolvimentos em terras asiáticas, elegendo a Marinha como principal instrumento da resposta americana às crises regionais. Preparava já a retirada do Vietname, mas ainda só do Vietname. De acordo com esta doutrina o poder naval dos Estados Unidos no Pacífico foi reforçado e, mais tarde, o Presidente Reagan lançou o programa naval para a construção de uma Marinha de 600 navios, o que nunca se concretizaria.

Assim, pouco depois da subida de Gorbachev ao poder, na última metade da década de 80, os Estados Unidos e a União Soviética concentravam notável parcela do seu poder naval na região do Pacífico, sem que, contudo, houvesse qualquer conflito que o justificasse. Era meramente uma competição pelo controlo do mar entre as duas superpotências, que não desagradava totalmente às potências regionais. O Japão podia continuar a adiar a revisão das disposições constitucionais que proibem a actuação das suas Forças de Armadas fora do território nacional. A Coreia do Sul estava mais protegida da ameaça que representa a Coreia do Norte. A República da China, já mais do que uma vez tinha beneficiado da protecção da 7ª Esquadra americana, perante a agressividade da República Popular da China. A presença soviética em Cam Ranh equilibrava a forte presença americana nas Filipinas. Por outro lado, os países da ASEAN (Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Brunei - em 1984) e do Sueste Asiático viam, tanto nos navios soviéticos como nos americanos um valioso travão à expansão chinesa para sul, por todos muito receada.

A região Ásia-Pacífico, nomeadamente ao Sul da China, é historicamente instável. Mas neste mundo de países insulares, a presença equilibrada do poder naval das duas superpotências, que evitavam o confronto entre si, proporcionava uma certa segurança.

Assim, não se desenvolveu em todo o Pacífico ocidental nenhuma verdadeira potência naval regional e não se institucionalizaram nem aperfeiçoaram os fracos mecanismos regionais criados para a resolução pacífica dos conflitos. Pelo contrário, foram-se dissolvendo ou enfraquecendo as organizações existentes de âmbito mais vasto mas todas apoiadas no poder naval, como a ANZUS, a SEATO e o acordo bilateral entre a República da China e os Estados Unidos. Os países da região desejaram mesmo manifestar uma certa neutralidade ou distanciamento em relação às grandes potências externas. Foi assim que, por exemplo, em 1971, em Kuala Lumpur, a ASEAN propôs a criação da Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (ZOPFAN - *Zone of Peace, Freedom and Neutrality*) convidando alguns vizinhos a aderir. Com a ZOPFAN pretendia-se, fundamentalmente, encontrar um *forum* para a resolução pacífica dos conflitos e dos problemas de segurança da área, devendo, cada um dos seus membros, procurar manter a neutralidade da região e evitar a intervenção de potências externas.

No seio da ASEAN e com o mesmo objectivo, foi assinado, em 1976, o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC - *Treaty of Amity and Cooperation*), que depois criou um Conselho Superior *(High Council)* para o controlo de conflitos intra-regionais da ASEAN e para estabelecer a coordenação com a ZOPFAN que, como se referiu, tem um mais vasto âmbito.

Mas todas estas débeis organizações têm tido limitada actuação e carecem, como já se afirmou, de mecanismos adequados para o desempenho dos seus propósitos.

Recordando o que no recuado ano de 1948 se dizia dos cinco que assinaram o Tratado de Bruxelas, estas instituições do Sueste Asiático eram uma *soma de fraquezas*, face à agressividade histórica do Vietname, à ameaça profundamente sentida da China, à recordação do domínio japonês recente e à capacidade de projecção de poder da União Soviética e dos Estados Unidos.

Pelo ano de 1991 começou a rápida e profunda alteração da situação, na região asiática do Pacífico.

A União Soviética foi substituída, naquela área, pela Rússia, que decidiu abandonar os mares longínquos e as bases no estrangeiro. Deixou apenas um grupo simbólico de homens e unidades de apoio em Cam Ranh. Note-se, no entanto, que a esquadra do Pacífico continua a ser a maior e que 80 submarinos, 17 dos quais são nucleares estratégicos, permanecem atribuídos a Vladivostoque e a Petropavlovsk.

Os Estados Unidos, que já tinham entregue algumas bases ao Japão e estavam a retrair o seu dispositivo aero-naval, sofreram a destruição da base aérea de Clark pela erupção vulcânica do Monte Pinatubo, em 12 de Junho de 1991, e viram recusada a possibilidade de continuar na base naval de Subic Bay, ambas estas Filipinas. Abandonaram assim as suas duas maiores bases no estrangeiro.

Deu-se o vazio de poder, e a reacção foi rápida.

Os países que há bem pouco tempo desejavam evitar a presença e a intervenção de potências externas na área, começaram a procurar restabelecer ou fortalecer os laços com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos tiveram que reafirmar ao Japão e à Coreia do Sul o seu empenhamento na manutenção da segurança no Noroeste do Pacífico; para isso e também por razões de interesse nacional, mantiveram o programa de grandes exercícios militares na Coreia do Sul e assumiram uma atitude firme e dura, perante o problema do desenvolvimento da capacidade nuclear da Coreia do Norte. Recentemente, em 21 de Março de 1994, a situação agravou-se com a repetição da ameaça da Coreia do Norte de abandonar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, e com o envio americano de mísseis *Patriot* para a Coreia do Sul, a par do anúncio da intenção de reforçar o seu dispositivo militar.

Nenhum dos países do Sueste Asiático quer ainda conceder, abertamente, bases aos Estados Unidos. Mas, em 1989, Singapura ofereceu-se para dar apoio em seu território a mais navios e aviões americanos e, em Janeiro de 1992, aceitou receber o Quartel-General americano para o Pacífico Ocidental, que saía das Filipinas.

Em Julho de 1990 o Brunei ofereceu novas facilidades à Marinha dos Estados Unidos e embora tenha apoiado o Iraque na guerra do Golfo, em 1992 assinou um acordo para regular procedimentos durante as visitas anuais de navios americanos ao sultanato.

A Malásia, apesar de divergências políticas com os Estados Unidos, propôs o alargamento da cooperação entre os dois países, caso se concretizasse o abandono de Subic Bay. Na realidade, em 1992 foi intensificada a cooperação militar com a realização de exercícios e a assinatura de novos documentos, complementando um acordo de 1984 e permitindo a utilização de estaleiros navais malaios pelos navios americanos.

A Indonésia iniciou exercícios navais com os Estados Unidos e tem também oferecido os estaleiros do Estado, em Surabaya, para a reparação de navios americanos.

A Tailândia havia assinado um acordo de defesa com os Estados Unidos, que assumiu especial importância depois da dissolução da SEATO e, mais ainda, depois da presença vietnamita no Camboja. Esse acordo proporcionou aos Estados Unidos um importante ponto de apoio quando da guerra contra o Iraque. O golpe militar de Fevereiro de 1991 e o apoio da Tailândia aos Khmer Vermelhos não impediram a realização de grandes manobras bilaterais em Maio de 1993.

A saída dos americanos da base de Subic Bay foi decidida no tempo da presidente das Filipinas, Corazon Aquino. Recentemente, o presidente Ramos insistiu na necessidade de manter a presença militar americana na região, frizando que esse era o consenso dos países da ASEAN. Também com a Marinha filipina os americanos realizaram importantes manobras navais em fins de 1993.

No entanto, apesar das promessas constantemente reiteradas da Administração americana de que não deixará de se interessar pela segurança da Ásia Oriental, há um receio generalizado de que os Estados Unidos substituam a presença militar pelo empenhamento diplomático.

Por outro lado, a procura de um novo equilibrio estratégico no Extremo Oriente não se limita à alteração do papel desempenhado pelas superpotências.

O Japão e a República Popular da China estão em competição pelo estatuto de potência regional dominante, independentemente dos acordos económicos estabelecidos durante a visita do Primeiro Ministro nipónico à China, que teve início em 19 de Março de 1994.

O Japão procura apressar a alteração da Constituição que lhe permitirá usar as suas Forças Armadas sem restrições, de modo a assumir plenamente o papel de potência regional. O Livro Branco da Defesa para 1993 deu ênfase à melhoria do clima estratégico internacional, mas insiste na aparente contradição de reforçar o papel do factor militar japonês na cena internacional. O programa de modernização e desenvolvimento do seu poder naval já moderno, é notável. Deve ser entendido mais como um propósito de engrandecimento do que de manutenção. Entretanto, já participou nas operações da ONU para o estabelecimento da paz no Camboja, segundo consta com alguns militares em traje civil.

A República Popular da China quer restaurar a soberania sobre o antigo Império e recuperar o prestígio na área que considera de sua influência. Ocupou o Tibet e conseguiu reaver a região de Porto Artur; por negociações, já em fase final, receberá Hong-Kong e Macau; por negociações, se possível, está determinada a recuperar a Ilha Formosa; pela força, quer manter a soberania, porque a considera indiscutível, sobre os arquipélagos das Paracel e Spartly, no Mar da China Meridional.

A China, tal como o Japão, sente que o ambiente estratégico internacional é favorável. É mesmo a primeira vez, desde a Guerra do Ópio, de 1839 a 1842, que não enfrenta uma ameça externa. No entanto, está a desenvolver o seu poder marítimo com um vigor comparável àquele que aplica na recuperação e modernização da sua economia. Na formação do seu poder naval, passa do conceito de marinha costeira para o de uma marinha de alto mar, que disporá de submarinos de propulsão nuclear e de porta-aviões. A República Popular da China é uma grande massa continental. A posse de porta-aviões só tem justificação perante a necessidade de enfrentar uma ameaça equivalente, ou quando existe a intenção de projectar poder para além do que as bases continentais permitem. A China olha para o Sul, para o Mar da China Meridional que, como se referiu, é maior do que o Mediterrâneo. Os seus vizinhos, neste mar, são: A República da China, as Filipinas, a Indonésia, o Brunei, Malásia, Tailândia, Camboja e Vietname. No meio, estão as Ilhas Paracel, as Spartly e o petróleo. A aviação de longo raio de acção não cobre esta área, mesmo a partir da base chinesa mais a Sul, a Ilha de Hainan. Todos estes países ribeirinhos do Mar da China Meridional sentem como ameaça esta reivindicação histórica e indiscutível da China.

A Austrália parece ter decidido que é altura de participar de forma mais activa na organização da segurança da área. A Austrália poderá vir a ter brevemente um poder local que ultrapassa muito o que lhe poderia ser atribuido por força do factor geográfico, pela demografia ou pelo poder militar. A Austrália está rapidamente a assumir um papel de liderança na condução dos problemas de segurança da Australásia (Austrália, Nova Zelândia, Indonésia, Filipinas e outros países destes arquipélagos, o Brunei e Malásia), o que poderá dever-se ao seu poder económico, actual e potencial, à sua formação cultural e às ligações políticas com as grandes potências anglo-saxónicas.

Tal como na Europa, criam-se novas instituições para o tratamento de problemas de segurança, ao mesmo tempo que as [redacted] já referidas débeis organizações internacionais existentes, procuram rever os seus objectivos e melhorar a sua eficiência.

Em 1992 os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da ASEAN criaram o *Diálogo Intra - ASEAN para a Cooperação na Segurança (Intra - ASEAN Dialogue on Security Cooperation)*, que terá reuniões anuais. Já se reuniu em Manila, em Junho de 1992, em Singapura, em Julho de 1993 e em Bangcoque, em Fevereiro de 1994.

Mas há muita instabilidade na área e esta instituição é demasiado restrita para resolver problemas de segurança. Convinha estender o diálogo a todos os que têm preocupações de segurança e também aos que podem influênciar a evolução dos acontecimentos. Assim, em 25 de Julho de 1993, em Singapura, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN (Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia) decidiram criar um *forum* para tratamento de assuntos políticos e de segurança, que será o primeiro do género. Convidaram os sete interlocutores de então a serem membros (Austrália, Canadá, Comunidade Europeia, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão e Nova Zelândia), bem como cinco outros Estados regionais (China, Laos, Papua Nova Guiné, Rússia e Vietname). A primeira reunião desta Organização de 18 países, que poderá vir a ter um papel semelhante ao da CSCE, está prevista para este ano de 1994, em Banguecoque.

É muito extensa a lista dos problemas políticos desta área que poderão dar origem a conflitos graves. No entando, apesar de, internamente, quase todos os países viverem um ambiente de grande preturbação e violência, a internacionalização desses conflitos tem sido menos frequente do que seria de prever. Tal poderá dever-se ao caracter dos povos da área, mas também às características geográficas de toda a região e à situação política que se vivia. Todos os países têm extensas fronteiras marítimas ou têm, unicamente, fronteiras marítimas.

Nas águas internacionais que os separam, era constante a presença dissuasora do poder naval das superpotências.

Para além da República Popular da China, do Japão e da Indonésia, que está a comprar os navios da antiga República Democrática Alemã, todos os países da região estão a desenvolver de forma extraordinária o seu poder naval. Por outro lado, a China e a Coreia do Norte, são os países que mais contribuem para a proliferação de mísseis balístico.

Hoje, a extraordinária corrida aos armamentos nesta região, parece ser uma atitude injustificável, face ao fim da bipolarização política mundial. Tão grande preocupação com o desenvolvimento do poder naval por parte de quase todas as potências da região só poderá ter como razão a competição entre o Japão e a China pela posição de potência regional dominante e o grande receio de todas as restantes potências regionais, seja qual for o resultado dessa competição. Por outro lado parece mais provável agora o recurso à força para a resolução dos conflitos há muito enunciados.

Ao contrário do que sucede no resto do mundo, dir-se-ia que se desenha hoje a tendência, no Extremo Oriente, para procurar a resolução dos conflitos ao nível estratégico e não ao nível político; que os países estão mais preocupados em organizar a defesa do que em dialogar para fortalecer a segurança.